

O DIÁLOGO INTERCULTURAL E AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: UMA INVESTIGAÇÃO NAS LICENCIATURA DA UFPB

SOUZA, SAWANA ARAÚJO LOPES DE

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE /UFPB) Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)-Campus I. Representante dos Estudantes na Associação Nacional dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas da Pedagogia Paulo Freire (GEPPF/UFPB) e do Grupo de Pesquisa Laboratório de práticas, estudos e pesquisas em formação de professores - Universidade e Escolas de Educação Básica - La-Conex@o-UEB/UFPB/Campus IV. E-mail: sawana.lopes@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar sobre o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação inicial de professores a partir de uma investigação nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) dos cursos de licenciaturas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e do documental, pois analisamos sobre como está a obrigatoriedade das relações étnico-raciais e do diálogo intercultural nos PPC's. Os resultados apontam que existem componentes curriculares que orientam sobre a obrigatoriedade e implementação da temática em estudo nas licenciaturas da UFPB, bem como ressaltamos que essas disciplinas estão contribuindo para o debate das relações étnico-raciais e o diálogo intercultural, tendo em vista que os estudantes tenham acesso a história, a legislação e os recursos didáticos que podem ser utilizados em suas práticas pedagógicas. Portanto, acreditamos que a nossa temática não deve estar restrita aos componentes curriculares que foram mencionados nesse trabalho, mas a UFPB deve desenvolvê-la de forma inter/transdisciplinar a fim de que possamos ter assegurado essa discussão no decorrer do processo formativo dos estudantes

Palavras-chave: Diálogo Intercultural, Relações étnico-raciais, Formação de Professores, UFPB

INTRODUÇÃO

O diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação de professores é uma problemática que vem sendo refletida desde os anos 80. Esse movimento se intensificou a partir do processo de redemocratização do nosso país e da construção da nossa Constituição Federal de 1988. Esse documento reforça que somos todos iguais perante a lei (BRASIL, 1988), pois reconhece que a população negra é igualitária diante da sociedade.

Não podemos deixar de mencionar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-Lei nº 9394/1996) salienta sobre a obrigatoriedade de se inserir no currículo escolar as relações étnico-raciais na educação básica (BRASIL, 1996). Em 2003 houve a aprovação da Lei 10.639/2003 que[...] estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências [...] (BRASIL, 2003, p. 1, grifo do autor).

Em 2015 houve a aprovação da Resolução CNE/CP nº 02/2015 que estabelece sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada torna obrigatória o diálogo das relações étnico-raciais na formação inicial de professores. Neste sentido, levando-se em consideração essa diretriz os cursos de licenciatura estão vivenciando um processo de reformulação dos seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Acreditamos que essa seja a oportunidade de intensificarmos a discussão das relações étnico-raciais em uma perspectiva intercultural nos cursos de formação inicial de professores, ou seja, passarmos da obrigatoriedade a sua implementação.

Nesse contexto, onde há um conjunto de documentos que tornam aquela temática obrigatória nos cursos e no qual há a reformulação, surge esse trabalho, que é o fragmento de uma pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida em um programa de pós-graduação da UFPB. Desse modo, apresenta como problemática: como o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais estão sendo implementadas nos cursos de licenciaturas da UFPB que sofreram a reformulação curricular nos seus PPC's? O objetivo desse estudo visa analisar sobre o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação inicial de professores a partir de uma investigação nos

Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's). Metodologicamente é uma pesquisa qualitativa e documental. Sendo assim, estruturamos o seguinte trabalho em três etapas: no primeiro momento explicamos acerca da metodologia adotada nessa investigação. Em seguida, dialogamos sobre o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais com a literatura que vem investigando acerca da temática. Na terceira fase apresenta-se os resultados e discussões obtidos a partir da pesquisa documental. Por fim, as considerações finais.

2. METODOLOGIA

Esse trabalho caracteriza-se por ter uma abordagem qualitativa, pois iremos analisar e interpretar os dados obtidos através da pesquisa documental (MINAYO, 2010). Além disso, esta investigação caracteriza-se pela pesquisa documental, cujo objetivo descrito, por Ludke e André (2013), é dar notoriedade aos documentos e ao mesmo tempo compreender sobre como e o que está sendo incorporado esse debate nos cursos de licenciaturas. No nosso caso, iremos investigar sobre como está a discussão das relações étnico-raciais e da interculturalidade nos cursos de licenciatura da UFPB. Sendo assim, o nosso campo de investigação são os seguintes cursos: Letras (Português, Inglês, Espanhol e Frances)¹, Letras Clássicas, Pedagogia com Área de aprofundamento do Campo, Dança que estão localizados na sede da citada instituição de ensino enquanto analisamos o curso de Pedagogia-Campus IV que está localizado nos municípios de Rio Tinto/Mamanguape no estado da Paraíba. Justificamos a escolha dos cursos devido ao processo de reformulação curricular que os cursos de licenciaturas vivenciaram a partir de uma deliberação da Resolução CNE/CP nº2/2015 que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Explicamos esse marco temporal devido a aprovação da Resolução CNE/CP nº 2/2015 e por estarem em processo de transição para a nova resolução que trata sobre a formação inicial de professores.

Esse documento sinaliza sobre a obrigatoriedade dos cursos terem componentes curriculares que dialoguem sobre a temática em estudo. Nesse

1 Durante a realização da pesquisa constatou-se que na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) o curso de letras possui quatro habilitações, possuem o mesmo coordenador, mas foram analisados os quatro Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's)

sentido, a tabela 1 contatamos os cursos e a resoluções que justificaram a reformulação dos PPC's:

Quadro 1 - Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de licenciatura reformulados

Nº	CURSO	RESOLUÇÃO	CAMPUS
1	Letras-Língua Portuguesa	RESOLUÇÃO N° 03/2019	Campus I
2	Letras-Língua Espanhola	RESOLUÇÃO N° 07/2019	Campus I
3	Pedagogia	RESOLUÇÃO N° 14/2019	Campus IV
4	Letras Clássicos	RESOLUÇÃO N° 27/2018	Campus I
5	Pedagogia do Campo	RESOLUÇÃO N° 33/2018	Campus I
6	Dança	RESOLUÇÃO N° 37/2018	Campus I
7	Letras- Inglês	RESOLUÇÃO N° 53/2018	Campus I
8	Letras-Francês	RESOLUÇÃO N° 54/2018	Campus I
9	Ciências Biológicas	RESOLUÇÃO N° 23/2019	Campus I

Fonte: elaborado pela autora (2019)

Conforme a tabela acima observa-se que os PPC's foram reformulados entre os anos 2018 e 2019, pois em 2019 houve a revogação da Resolução CNE/CP nº2/2015 para a Resolução CNE/CP nº 2/2019 que orienta sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Esse documento continua com a mesma obrigatoriedade sobre a inserção do nosso objeto de estudo sob a perspectiva de um componente curricular ou que seja implementado um trabalho de inter e/ou transdisciplinar. Porém, a diferença entre as citadas resoluções consiste na elaboração de uma terceira resolução que fica restrita a formação continuada de professores². Além disso, a Resolução CNE/CP nº 2/2019³ afirma que os cursos de licenciaturas:

Fica fixado o prazo limite de até 2 (dois) anos, a partir da publicação desta Resolução, para a implantação, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores

2 A Resolução CNE/CP nº 1/2020 versa sobre a formação continuada de professores.

3 Em virtude da crise sanitária da Covid-19, os cursos de licenciaturas conseguiram prorrogar a reformulação curricular dos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPC's)

para a Educação Básica e da BNC-Formação, definidas e instituídas pela presente Resolução (BRASIL,2020,p.12)

Outro documento que reforça a obrigatoriedade dos componentes curriculares que envolvam o nosso objeto de estudo baseia-se na Resolução CONSEPE/UFPB nº 16/2015 que orienta sobre o Regulamento Geral de Graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que foi revogada pela Resolução CONSEPE/UFPB nº 29/2020 estabelece que

Art. 25. Considerando o que estabelece a Resolução Nº 1 do CNE de 17 de junho de 2004, que institui as DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a composição curricular obrigatória de todos os Cursos de Graduação deve contemplar conteúdos de disciplinas ou atividades curriculares e pode ocorrer: I – Pela transversalidade, mediante temas relacionados aos conteúdos Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. II – Como conteúdo dos componentes constantes do currículo. III – Pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Perante a aprovação desses documentos tanto em nível nacional quanto em nível local, no caso dessa investigação a UFPB, contribuíram e embasaram a reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) dessa instituição de ensino superior (IES). Diante dessa inserção o tratamento dados baseia-se na análise de conteúdo de Bardin (2011, p.27) que se caracteriza por um “[...] conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração [...]”, em especial, na investigação temática pelo qual consiste (no contexto aqui abordado) na análise sobre como está sendo implementada as relações étnico-raciais e do diálogo intercultural.

3. O DIÁLOGO INTERCULTURAL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: UM BREVE DEBATE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Nos fundamentamos teoricamente em um debate em torno da interculturalidade e das relações étnico-raciais que vem crescendo nos últimos anos de forma intensa devido ao forte processo de miscigenação cultural que vem ocorrendo em nossa sociedade. Essa miscigenação foi intensificada porque, todos os dias, estamos vivenciando um processo de trânsito cultural

entre os cidadãos de diferentes países. Um exemplo disso é o número de africanos que residem no Brasil ou que se deslocam para os países europeus. Oliveira e Candau (2013, p.296) sinalizam sobre as

[...] destinada a los sistemas de enseñanza, escuelas y profesores, responde a las reivindicaciones de políticas de acciones afirmativas, reparaciones, reconocimiento y valoración de historias, culturas, identidades de los movimientos sociales negros. Busca combatir el racismo desde un reconocimiento proveniente del Estado y propone que se divulguen y se produzcan conocimientos capaces de educar a los ciudadanos que se enorgullecen de su pertenencia étnica, mediante la garantía de sus derechos y la valoración dada a sus identidades⁴

Sendo assim, torna-se necessário que haja o fortalecimento da temática das relações étnico-raciais e do diálogo intercultural na formação inicial de professores através da incorporação de componentes curriculares que foquem nesse debate, que demonstrem para os estudantes as diferentes práticas pedagógicas que os professores estão adotando em sua sala de aula. Além disso, a socialização de pesquisa que vem investigando acerca da temática em estudo. Com base nessa perspectiva, sinalizamos a necessidade de refletirmos sobre o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais nas políticas educacionais brasileiras, sob o olhar das conquistas e dos recuos que tivemos nos últimos anos. Assim, estamos utilizando como marco temporal, as políticas educacionais ocorridas a partir dos anos 80.

Nos anos de 1980, estávamos passando por um processo de redemocratização e (re) construção da autonomia cidadã. Além disso, nesse mesmo período, ocorreu a aprovação de leis que regulamentam e tornam obrigatória a educação das relações étnico-raciais nas políticas educacionais, tais como, por exemplo, a Constituição Federal de 1988, conforme a qual o Estado deve reconhecer e valorizar a temática racial (BRASIL, 1988), o que nos faz pensar ser um início ao combate à discriminação racial. Nesse sentido, os movimentos sociais negros também contribuem para essa discussão e implementação, conforme ressaltam Muller e Coelho (2013, p. 44-45) ao

4 Candau e Oliveira (2013, p.296, tradução livre): “[...] voltado para sistemas de ensino, escolas e professores, atende às demandas políticas de ação afirmativa, reparação, reconhecimento e valorização das histórias, culturas, identidades dos movimentos sociais negros. Busca combater o racismo a partir de um reconhecimento do Estado e propõe que sejam disseminados e produzidos conhecimentos capazes de formar cidadãos que se orgulhem de sua pertença étnica, garantindo seus direitos e valorizando suas identidades[...]

reforçar que “[...] movimentos sociais negros organizados que reivindicam uma educação menos eurocêntrica, a qual contemple os componentes africanos que constituíram o passado brasileiro e que participam ativamente da construção de seu presente”.

Desse modo, notamos a importância dos movimentos sociais como um mecanismo de enfrentamento às práticas antirracistas na educação e ao mesmo tempo percebemos como esses movimentos sociais contribuem para o fortalecimento das conquistas sociais que contribuiu para que houvesse a aprovação da Resolução CONSEPE nº 16/2015 que regulamenta sobre o funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a qual orienta sobre a obrigatoriedade de componentes curriculares nos cursos de licenciatura da citada instituição. Além disso, os pesquisadores Silva, Ferreiro e Silva (2013, p.261) salientam que tais ações não foram: “[...] pensadas apenas dentro das academias ou em gabinetes fechados, mas antes, tiveram a ativa participação da sociedade civil e dos movimentos sociais em diálogos conflituos com os governos”. Nesse sentido, ressaltamos que os movimentos sociais estão contribuindo para o fortalecimento do diálogo intercultural e das relações étnico-raciais. Sendo assim, o que almejamos com esse trabalho é uma reflexão acerca da troca e a inserção de se trabalhar com as culturas. Candau (2008, p.51) afirma que o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais consistem

[...] é a promoção deliberada da inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade. Nesse sentido, essa posição situa-se em confronto com todas as visões diferencialistas que favorecem processos radicais de afirmação de identidades culturais específicas, assim como com as perspectivas assimilacionistas que não valorizam a explicitação da riqueza das diferenças culturais

Sendo assim, entendemos pela não fixação da cultura, pela relação de saberes, pela hibridização cultural, ou seja, existe uma troca cultural. Ademais, não podemos dissociar a política de igualdade com as políticas de identidade e precisam se materializar quando essa discussão através do conhecimento e da promoção de ações pedagógicas que fortaleçam esse debate, a exemplo da Lei nº 10.639/2003 que orientou a respeito da incorporação no currículo da educação básica a temática das relações étnico-raciais. Diante dessa configuração, nos questionamos e problematizamos sobre a necessidade de termos e ao mesmo tempo sinalizamos a respeito do conhecimento dessas legislações que contribuem para a implementação

das relações étnico-raciais e do diálogo intercultural na formação inicial de professores.

Nesse sentido, torna-se necessário analisarmos sobre como o nosso objeto de estudo vem sendo implementado nos componentes curriculares obtidos através da análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) dos cursos que foram mencionados na Tabela 1 e que foram analisados no próximo item.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Discutindo sobre tais documentos nacionais, a resolução da UFPB e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) da citada instituição reforçam e tornam obrigatórias o nosso objeto de investigação como pauta de pesquisa no campo de conhecimento da formação de professores. A legislação que mencionamos anteriormente reforça o pensamento da obrigatoriedade das relações étnico-raciais na formação de professores. Essa discussão não deve estar restrita apenas a população negra, mas precisa contemplar as diferentes culturas que contribuem para a formação cidadã dos brasileiros. Candau (2016, p. 808) assevera que com “[...]o desenvolvimento de uma educação intercultural, é necessário trabalhar o próprio “olhar” do/a educador/a para as questões suscitadas pelas diferenças culturais, [...]”. Mas, acima de tudo, devemos contribuir para uma formação de professores que contemple a diversidade cultural e racial. Por mais que realizemos pesquisas científicas em cursos de especialização, mestrado e doutorado que comprovem a ausência de um debate sobre as relações étnico-raciais em uma perspectiva intercultural na formação inicial de professores necessitamos que se tenha mais componentes curriculares neste sentido.

Segundo Freire (1987), o diálogo constitui-se da escolha dos conteúdos programáticos que se caracterizam pela construção coletiva em torno da inserção de um conteúdo, sendo, portanto, o professor o responsável, não só por selecionar o conteúdo, mas, sobretudo, por construí-lo em sala de aula com os discentes. Compreende que essa deve ser uma ação coletiva entre o educador e educando e deve ser dialógica. Desse ponto de vista, compreendemos que os professores e alunos devem buscar os mecanismos de efetivação da temática intercultural e racial através das diferentes formas de implementação, como: um despertar da curiosidade epistêmica acerca dos caminhos de integração com a formação docente; uma reflexão crítica da realidade para que haja a diminuição entre o que está proposto no documento e a prática docente.

Diante disso, quando não buscamos esses caminhos, também, estamos nos omitindo desse papel de conscientizador e integralizador sobre a importância de incorporarmos o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação docente. Os resultados apontados a partir da análise documental realizada a partir dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) demonstram que existem componentes curriculares que estão voltados para o debate das relações étnico-raciais, mas, esta discussão não é obrigatória e, sim distribuída em disciplinas optativas, conforme a tabela 2 abaixo:

Quadro 2- Os componentes curriculares que tratam sobre as relações étnico-raciais e o diálogo intercultural

Ciências Biológicas	Fundamentos Antropo- Filosóficos Da Educação	Estudos de saberes dos Fundamentos Antropo-Filosóficos da Educação, que orientam processos de ensino-aprendizagem, problematizando as relações sociais, políticas e culturais de gênero, raça e etnia, contribuindo para a constituição da diversidade cultural.
	Biologia e fisiologia celular	Origem da vida. Organização de Células Procarióticas e Eucarióticas. Métodos de Estudo em Biologia Celular. Membrana Plasmática, Comunicação Celular, Núcleo, Organelas celulares, Endereçamento de Proteínas, Tráfego de vesículas, Citoesqueleto, Ciclo Celular, Diferenciação e Morte Celular. Instrumentalização para o ensino/aprendizagem de Biologia Celular.
Pedagogia-Campus IV	História e Cultura afro-brasileira e indígena	Reflexões sobre os aspectos caracterizadores da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e indígenas. Educação anti-racista: contexto escolar e prática docente. Discriminação racial/educação: (re) pensando a identidade étnico-racial do/a educador/a e dos/as educandos/as. Políticas de Ação afirmativa e a Lei 10.639/03. Material didático: valorização e resgate da história e cultura afro-brasileira e indígena, desconstruindo esteriotipos.
Pedagogia-Campus IV	Multiculturalismo e Educação	Globalização e sociedades multiculturais. Conceitos de cultura, identidade e diferença. Multiculturalismo: gênese e principais tendências. Igualdade e diferença; universalismo e relativismo. Questões e tensões no cotidiano: gênero, raça, orientação sexual e religião. Educação multicultural. A perspectiva da educação intercultural. Currículo e interculturalidade. A escola como espaço de encontro intercultural. Estratégias pedagógicas e perspectiva intercultural.

Dança	Danças populares - Matrizes Étnicas e Corporalidades (DAC)	Estudo das diferentes corporalidades das matrizes estéticas das culturas indígenas e afro-brasileiras. Simbologias e contexto sócio-histórico das danças abordadas e a relação entre seus elementos expressivos. Investigações a partir dos conhecimentos da história e da ancestralidade dos próprios alunos. Diversidade Cultural. Esta disciplina deve abranger assuntos de Educação das Relações Étnico-raciais.
Dança	Danças Populares – Elementos técnicos e potencialidade criativa (DAC)	Estudo das formas, dinâmicas corporais e simbologias das danças provindas de manifestações culturais e folguedos. Experimentação de princípios técnico-criativos de ao menos uma dança da Paraíba e uma brasileira.
Dança	Danças populares – investigações criativas e pedagógicas (DAC)	Investigação criativa a partir de danças populares. Apreciação de obras artísticas, experimentação e discussão sobre a história da criação artística a partir de matrizes populares e regionais. Formas de transmissão nas culturas tradicionais e investigação de suas potencialidades educacionais.
Dança	Corpo e Movimento	Aprofundamento prático e teórico dos estudos de Rudolf Laban. Planos, direções, sentidos e níveis, relativos às partes do corpo e ao corpo como um todo no espaço (noções de volume, profundidade, tamanho), suas aplicações em diferentes bases e relações entre espaço interno, kinesfera e espaço global (sistema Laban). Análise de movimento de danças modernas, populares e tradicionais.
Dança	Tradições Brasileiras (DAC)	Introdução às discussões sobre cultura popular e revisão do conceito de folclore; Fundamentos históricos da formação sócio-cultural brasileira. Políticas culturais, identidade nacional e cultura popular na História do Brasil. Estudo de expressões da pluralidade cultural brasileira; introdução às tradições de comunidades específicas brasileiras e da Paraíba; vivência, fruição e análise das formas artísticas populares; Discussão sobre o que é dança brasileira.
Pedagogia – Área de aprofundamento do Educação do Campo	Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e sua contribuição para a formação da população brasileira. História da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra. História dos povos indígenas brasileiros. O negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
Letras Licenciatura Em Língua Portuguesa	Identidades e etnias	Identidade e a representação das etnias nas literaturas de Língua Portuguesa. Questões étnicas e a literatura de imigrantes. Índios, brancos e negros na cultura brasileira. Modernismo e multiculturalismo. A questão da nacionalidade luso-afro-brasileira. As literaturas nacionais e regionais. Leitura, análise e interpretação de textos literários.

Letras Licenciatura Em Língua Portuguesa	Literatura e Estudos Culturais	Introdução aos estudos culturais. Teorias e metodologias. Noções de identidade, raça/etnia, nação, ecologia, cultura de massa, produção, circulação e consumo de artefatos culturais. Os Estudos Culturais e o cânone literário. Estudos Pós-Coloniais.
Letras Licenciatura Em Língua Portuguesa	Temas transversais	Dimensões históricas, sociais, antropológicas e ambientais da nação brasileira. Formação de atitudes, posturas e valores sobre diversidade de pertencimento étnico-racial (africano, indígena, europeu, asiático), sustentabilidade e ética sócio-ambiental. O princípio da igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos.
Letras Licenciatura Em Língua Espanhola	Educação e Relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena	Sem ementa
Letras Licenciatura Em Língua Francesa	Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira	Estudo da História da África e dos Africanos. A luta dos negros no Brasil. História e cultura negra brasileira. O negro na formação da sociedade nacional. Resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes a História do Brasil. Políticas de reparações, de reconhecimento e valorização, de ações afirmativas. Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações
Letras Licenciatura Em Língua Inglesa	Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	Sem ementa
Letras Clássicas	Fundamentos Antropo-Filosóficos Da Educação	Estudos de saberes dos Fundamentos Antropo-Filosóficos da Educação, que orientam processos de ensino-aprendizagem, problematizando as relações sociais, políticas e culturais de gênero, raça e etnia, contribuindo para a constituição da diversidade cultural.
Letras Clássicas	Temas Transversais Letras Clássicas	Dimensões históricas, sociais, antropológicas e ambientais da nação brasileira. Formação de atitudes, posturas e valores sobre diversidade de pertencimento étnico-racial (africano, indígena, europeu, asiático), sustentabilidade e ética socioambiental. O princípio da igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos.

Fonte: elaborado pela autora (2019)

Sendo assim, em linhas gerais, durante a análise observamos que apenas o curso de licenciatura em Dança apresenta em sua matriz curriculares

três componentes relacionados com a temática em estudo que são: Danças Populares – Elementos técnicos e potencialidade criativa (DAC); Danças populares – investigações criativas e pedagógicas (DAC); Tradições Brasileiras (DAC) que apresentam em suas ementas uma obrigatoriedade sobre as relações étnico-raciais em uma perspectiva intercultural, ou seja, nos currículos dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) a população negra está entrelaçada com a população indígena. Com relação aos outros cursos de licenciatura que estamos analisando observamos a existência de componentes curriculares História e Cultura afro-brasileira e indígena, que abordam diretamente a respeito da temática em estudo.

Além disso, o curso de Ciências Biológicas possui dois componentes curriculares que contribuem para o fortalecimento da temática na formação inicial de professores. Apesar da disciplina Biologia e Fisiologia Celular não explicitar claramente a respeito do nosso objeto de estudo, o professor⁵ vem inserido a temática das relações étnico-raciais e do diálogo intercultural de forma interdisciplinar, ou seja, atende a uma obrigatoriedade adquirida nos documentos como a Resolução CNE/CP nº 2/2019 e da Resolução CONSEPE/UFPB nº29/2020.

Com isso, observamos que o processo de reformulação curricular nos quais as universidades públicas estão vivenciando a partir de uma deliberação da Resolução CNE/CP nº 2/2019 apontam que as relações étnico-raciais na perspectiva intercultural é uma discussão que dever ser obrigatória na formação inicial de professores. Acreditamos que devemos ultrapassar as resistências e ao mesmo tempo a invisibilidade dessa temática na prática pedagógica daqueles que estão atuando em sala de aula. Outro resultado apontado consiste que essa discussão não está restrita a população negra, pois nas ementas das disciplinas mencionam em suas ementas a Lei nº 11.645/2008 que incorpora a população indígena no currículo escolar. Neste sentido, Candau (2016, p.808) assevera que “[...]a interculturalidade por considerá-la a mais adequada para a construção de sociedades democráticas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade”. Sendo assim, com base em Candau (2016) reforçamos que, essas políticas de identidade constroem-se a partir do momento que tivermos uma formação de

5 Essa comprovação deu-se a partir de uma entrevista realizada com o citado coordenador de curso e do professor que participaram da pesquisa de campo dessa pesquisa de doutoramento.

professores que contemple todos os grupos sociais e essa deve ser a realidade de todos os licenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação de professores está presente nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC's) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) através dos componentes curriculares mencionados nessa investigação. Além disso, que apesar dessas disciplinas estarem presentes na formação inicial de professores, ainda, encontramos algumas resistências para que a temática seja implementada, pois a temática em estudo muitas vezes se encontra restritas aos dias 19 de abril (Dia do Índio) ou 20 de novembro (Dia da Consciência Negra).

Por isso, a necessidade de termos a implamantação de um trabalho interdisciplinar ou que seja um debate transversal a ser feito no decorrer do curso, pois esse debate não fica restrito aos componentes curriculares que estão quadro 2 desse trabalho. Além disso, essa perspectiva atende aos anseios do movimento negro e demais povos que clamam por mais espaço no currículo e na formação de professores das instituições de ensino superior (IES). Neste sentido, apesar dos avanços da legislação em torno da obrigatoriedade das relações étnico-raciais em uma perspectiva intercultural ainda, precisamos tornar para que essa temática seja implementada no cotidiano e no decorrer do ano letivo a fim de que as identidades raciais sejam reconhecidas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. **Lei Federal nº 10.639/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-brasileira” e dá outras providências**. Brasília – DF, 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/l10.639.htm>>. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

_____. **Lei Federal nº 11.645/2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade de temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.** Brasília – DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/11645.htm>. Acesso em: 13 de Fevereiro de 2019.

_____. **Resolução CNE/CP Nº 2 de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 13 de agost. de 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 229 p.2011.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cadernos de Pesquisa**.2016, vol.46, n.161, pp.802-820.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742016000300802&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 14 dez.2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUDKE, Menga; MARLI, E. D. A. André. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: E.P.U.2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A lei nº. 10.639/03 e a Formação de Professores: trajetória e perspectivas. **Revista da ABPN**. v. 5, n. 11. p. 29-54. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/elope/Downloads/188-1-364-1-10-20170224\(2\).pdf](file:///C:/Users/elope/Downloads/188-1-364-1-10-20170224(2).pdf). Acesso em 20 dez. 2018

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogía Decolonial y Educación Anti-Racista e Intercultural en Brasil WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I*.Quito:

AbyaYala,2013. https://glefas.org/download/biblioteca/estudiosdescoloniales/PEDAGO_GICC81AS-DECOLONIALES_2.pdf. Acesso em 28 maio2021

OLIVEIRA, Cláudia Simone Almeida de. **As Relações Étnico-Raciais na Formação Inicial do Pedagogo(A)**: um currículo decolonizado para uma educação intercultural. Disponível em: file:///C:/Users/elope/Downloads/461-932-1-PB.pdf. Acesso em 13 dez.2018

SILVA, Janssen Felipe da; FERREIRA, Michele Guerreiro; SILVA, Delma Josefa da. Educação das relações étnico-raciais: um caminho aberto para a construção da educação intercultural crítica. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 7, no. 1, p. 248-272, mai. 2013. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.. Acesso em 13 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSEPE nº 16/2015. Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba**. Disponível em: http://www.prg.ufpb.br/prg/codesc/documentos/legislacao/rsep16_2015.pdf/view. Acesso em 21 de agost. 2020.

_____.Projeto Pedagógico de Curso de Letras-Língua Portuguesa. 2019

_____. Projeto Pedagógico de Curso de Letras Clássicos.2019

_____. Projeto Pedagógico de Curso de Letras Inglês.2018

_____. Projeto Pedagógico de Curso de Letras Frances. 2018

_____. Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia do Campo. 2018

_____. Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia-Campus IV.2019

_____. Projeto Pedagógico de Curso de Letras-Espanhol.2018

_____. Projeto Pedagógico de Curso de Dança. 2018.